



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA (17ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos quatro dias do mês de junho, do ano dois mil e dezoito, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Décima Sétima (17ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 29 de maio de 2018. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores, pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Marcos Antônio Franco, para que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a ata da Quarta (4ª) Sessão Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2018, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi, devidamente, assinada, pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 49, de 2018, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 32/2018, datada de 21/05/2018, objeto do Ofício nº 32/2018, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 564.210,00”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº 32/2018, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fosse o Projeto de Lei nº 49/2018, apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto, no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres vereadores, os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 270/2018 - Assunto: REQUER AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS FEIRAS NOTURNAS REALIZADAS NO ESPAÇO CIDADÃO E EM MARTIM FRANCISCO. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 278/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 389/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA BENEDITO ROCHA, JARDIM MARIA ANTONIETA, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 279/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 390/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO E LIMPEZA DO LEITO CARROÇÁVEL DA RUA FELICIO ANTONIO DI PROSPERO, JARDIM PLANALTO BELA VISTA, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 280/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 391/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA HUMBERTO BRASI, NA ALTURA DO NÚMERO 261, JARDIM GUARNIERI, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 281/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 392/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO E LIMPEZA DO LEITO CARROÇAVEL DA RUA JOÃO CRISTIANO CRUZ, JARDIM MARIA BEATRIZ, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 282/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 393/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO E LIMPEZA DO LEITO CARROÇAVEL DA RUA JOÃO ANTUNES DE LIMA, JARDIM MARIA BEATRIZ, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 283/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 396/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA JUVENTINO GASPARINI, NA ALTURA DO NÚMERO 65, JARDIM MARIA ANTONIETA, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 284/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 398/2018 A QUAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA BELIZÁRIO ROMAN DE CAMPOS, NA ALTURA DO NÚMERO 357, JARDIM GUARNIERI, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 285/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 459/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA BELIZÁRIO ROMAN DE CAMPOS, NA ALTURA DO NÚMERO 123, JARDIM GUARNIERI, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 286/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 461/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS, PROVIDÊNCIAS URGENTES PARA INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NA PRAÇA EXISTENTE AO LADO DA ESCOLA PROFESSORA ALTAIR DE FÁTIMA FURIGO POLETTINI. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 287/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 463/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, PARA QUE SEJA REALIZADA OPERAÇÃO TAPA BURACO NA RUA CARMELINA BAZZUCCO DAVOLI, JARDIM MARIA BONATI BORDIGNON, MOGI MIRIM - SP Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 288/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 464/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSITO, PARA QUE SEJA REALIZADA A MELHORIA NA SINALIZAÇÃO DE TRANSITO BEM COMO A INSTALAÇÃO DE CATADIÓPTICO PARA A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

INDICAÇÃO DOS LIMITES DE TRÁFEGO NA RUA ISMAEL ANTÔNIO PILLA, CHÁCARA SOL NASCENTE, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 289/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 467/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSITO, PARA QUE SEJA REALIZADA A PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE SOLO NA ENTRADA DO PARQUE INDUSTRIAL II, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 290/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 468/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE A INSTALAÇÃO DE PONTO DE ÔNIBUS PARA OS ESTUDANTES DA CHÁCARA SOL NASCENTE MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 291/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 469/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, PARA QUE SEJA INSTALADO RADAR E SINALIZAÇÃO DE TRANSITO EM TODA EXTENSÃO DA RUA ANTÔNIO MORENO PEREZ, JARDIM MARIA BEATRIZ, MOGI MIRIM – SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 292/2018 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO 472/2018 A QUAL SOLICITA AO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE TRANSITO, PARA QUE SEJA REALIZADA A INSTALAÇÃO DE PLACA “RUA SEM SAÍDA”, NA RUA LUIZ BENEDITO SILVEIRA BRITO, JARDIM MARIA BEATRIZ, MOGI MIRIM - SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 293/2018 - Assunto: Requer informações do Prefeito e das secretarias competentes, sobre o convênio assinado no último dia 29 de março de 2018 junto ao Estado, com a finalidade de castrações



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos animais de rua e da população carente. Requer ainda, envio de cronograma das ações que serão realizadas. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 294/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 350/2018 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA EDSON LUCIO PATELI, NA SANTA LUZIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 295/2018 - Assunto: REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE ESTUDO PARA A VIABILIZAÇÃO DE CRIAR PASSAGEM DE SERVIDÃO NO TRECHO ENTRE AS RUAS BENEDITO ALVES PAULINO, NO LOTEAMENTO ANTÔNIO DE CAMPOS E A RUA FERNANDO CESAR CAMPOS NO JARDIM BICENTENÁRIO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 296/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 208/2018 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DA EROSÃO LOCALIZADA AO LADO DA RUA JORGE DUARTE FILHO, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 297/2018 - Assunto: Requer audiência pública para o dia 28 de junho de 2018, às 17h30, no Plenário da Câmara Municipal para discutir o tema : MOGI MIRIM QUEIMADAS ZERO - MEIO AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA AGRADECEM. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 298/2018 - Assunto: Requer informações do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: qual a previsão para sanar os problemas de crateras e pedras soltas nas ruas do Bairro Murayama I. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 299/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo acerca do fechamento de rua que liga o Bairro Murayama I com Jardim Hélio Cruz, reiterando Ofício nº79/2017. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação Nº 734/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente: estudos técnicos viabilizando a melhoria do trânsito na Rua Aristides Trentin esquina com a Rua Elói de Freitas, com instalação de placas informativas de pare e sinalização de solo com urgência. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 735/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras/Gerência de Limpeza Pública: providências para limpeza dos bueiros, localizados na Rua Francisco Dias Reis, em frente ao nº 575, Vila Dias, bem como ruas adjacentes. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 736/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: estudos e providências para implantação de lombada na Rua Fátima do Carmo Vômero Bacar, altura do número 290, Bairro Itapema. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 737/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA DANTE ALIGHIERI VITA, NO JARDIM DO LAGO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 738/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA A INSTALAÇÃO DE REDUTOR DE VELOCIDADE NA RUA EDERALDO SILVEIRA BUENO, NO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 739/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente estudos da possibilidade de implantação de Feira de Artesanato na Praça Floriano Peixoto, "Jardim Velho" aos domingos de manhã. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 740/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno: providências para viabilizar corte de mato, limpeza das guias e retirada de entulho em toda extensão da Rua



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Benedito M. De Matos, bem como ruas adjacentes. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 741/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal junto a Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências urgentes para “tapar buracos” e/ou recapear a Rua Benedito M. De Matos. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 742/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ELIAS AJUB, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM LONGATTO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 743/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PROFESSORA ZELÂNDIA ARAÚJO RIBEIRO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 744/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA SANTO ANTÔNIO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 745/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA MINISTRO MANOEL DA COSTA MANSO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 746/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PROFESSORA MARIA CRISTINA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: JORGE SETOGUCHI.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação Nº 747/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PEDRO SIMOSO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 748/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA JOSÉ SCHINCARIOL, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 749/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA ROÇAGEM DO MATO, PODA DAS ARVORES E LIMPEZA DA PRAÇA PADRE JOSÉ TEÓPHILO ALBEJANTE, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 750/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA PADRE JOSÉ TEOPHILO ALBEJANTE, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 751/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA MAESTRO CARLOS GOMES, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 752/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA PRINCESA ISABEL, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

753/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA BELA VISTA, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 754/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA BAHIA, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 755/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA SÃO JOÃO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 756/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS DO CONDOMÍNIO JARDIM DA COLINA, LOCALIZADA NO ALTO DO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 138/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA APARECIDA MARTINELI SAVIANO, OCORRIDO EM 28 DE MAIO DE 2018. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 139/2018 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO GRUPO DE ESCOTEIROS VALENTINO BALESTRO PELA INAUGURAÇÃO DA SUA SEDE, “A CASA DO ESCOTEIRO PROFESSOR JOSÉ BENEDICTO MENDES DE OLIVEIRA”. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 140/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SENHOR DALMY PATELLI JUNIOR, OCORRIDO NO DIA 29 DE MAIO DE 2018. Autoria: MOACIR GENUARIO, TIAGO CÉSAR COSTA, ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 141/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS PELA REALIZAÇÃO DA 15ª MARCHA PARA JESUS QUE OCORREU NO ÚLTIMO DIA 02 DE JUNHO EM NOSSA CIDADE, PARABENIZANDO TODAS AS IGREJAS EVANGÉLICAS, TODOS OS PASTORES, LÍDERES EVANGÉLICOS E TODAS AS PESSOAS QUE PARTICIPARAM DESTA TRADICIONAL EVENTO EM NOSSA CIDADE, NA PESSOA DO AP. VILMAR DACAMPO. Autoria: MOACIR GENUARIO, TIAGO CÉSAR COSTA. Moção Nº 142/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. JOSÉ BENEDITO TOLEDO, O TOLEDO DO ARESC, OCORRIDO NO DIA 02 DE JUNHO DE 2018. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 143/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. MARCIEL DOS SANTOS PALMEIRA, OCORRIDO NO DIA 02 DE JUNHO DE 2018. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 144/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS A ELEKTRO E AO SENHOR EDUARDO ZORNOFF - GERENTE DE RELACIONAMENTO PERSONALIZADO COM CLIENTES PELA INAUGURAÇÃO DO “PONTO DE VIDEOATENDIMENTO ELEKTRO” EM NOSSA CIDADE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Moção Nº 145/2018 - Assunto: MOÇÃO DE APOIO À FUNDAÇÃO PROCON PELO “MANIFESTO CONTRA AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO NA LEI DE PLANOS DE SAÚDE” Autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 657, 699 e 700/2018, datados de 22, 24 de maio de 2018, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação nº 1364/2017; Indicação nº 1028/2017; Indicação nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

109/2017, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Não havendo mais proposições, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Ele comentou sobre três projetos, os quais tinha dado ingresso, na Câmara, na última sessão, denominou-os “Pacote Anticorrupção” e afirmou, que o objetivo era instituir as leis anticorrupção, no município. Relatou, que tinha observado alguns erros, cometidos por algumas administrações, no passado, relacionados às empresas, as quais tinham participado do Cartel da Merenda, por exemplo, e tinham prejudicado o município, empresas contratadas, muitas vezes, sem qualquer capacidade a prestar serviços, ao município, ou empresas estranhas, que pretendiam prestar serviços, os quais não eram objeto de suas razões comerciais e repetiu, que a intenção era a de melhorar, para as futuras gerações, neste momento nacional tão crítico. Explicou, que o primeiro projeto do Pacote Anticorrupção criava, em Mogi Mirim, o Selo Anticorrupção, às empresas que participassem de licitações, junto ao Poder Executivo, que o Poder Executivo deveria, posteriormente, regulamentar a lei e instituir a forma, como seria concedido o selo, projeto elaborado, com base na Lei Anticorrupção do Governo Federal nº 12.848/2013, portanto, o selo seria um programa de integridade às empresas. O segundo projeto pretendia instituir a Semana Municipal da Transparência e Combate à Corrupção, para um trabalho informativo e educativo, a fim de que fossem divulgadas, durante uma semana, no mês de dezembro, quando também se comemorava o Dia Internacional Anticorrupção, as leis municipais de transparência nºs 12.527/2011 e 12.846/2013, porque o cidadão precisava ter conhecimento acerca das ferramentas disponíveis, para cobrar transparência, dos órgãos públicos, e assim, combater a corrupção. E o último projeto, instituindo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ficha Limpa Municipal aos cargos comissionados do Poder Executivo e autarquia, bem como, aos cargos da Câmara, objetivando que todos os cargos indiretos e diretos, e os da Câmara pudessem ser preenchidos, no respeito à Lei da Ficha Limpa, e, para concluir, salientou que existiam decisões, no Tribunal de Justiça, de São Paulo, que respaldavam a iniciativa constitucional, pela Câmara, e pediu apoio, para que ele pudesse deixar o pacote anticorrupção, como herança, para Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele versou a respeito dos problemas do Bem-Estar Animal – BEA. Salientou, que vinha cobrando atitudes, por parte da administração, solicitava, há três meses, a compra de medicamentos, para que a veterinária do BEA tivesse condições de trabalho, mas, infelizmente, o secretário da pasta não realizava a licitação, o processo de compra seguia estacionado, no setor de licitações. Frisou, que o que mais o impressionava, era que o secretário tinha acabado de fazer compras outras, para o setor, chips e leitores de chips animal, contrapartida da verba, que estava chegando, para castrações, logo, para tais compras, os responsáveis tinham sido rápidos, levando o vereador a conjecturar que, talvez, quando existia “dinheiro de Brasília” envolvido e se precisava gastar “alguma coisinha”, o departamento funcionava, logo, a incompetência, na compra, era seletiva, mas, vinha prejudicando o departamento, impossibilitado o BEA de trabalhar, deixando uma funcionária, que custava sete mil reais/mês, aos cofres, sem trabalhar, porque ela não tinha luvas, paramentos e outros insumos, para executar sua função, e que, tudo isso era “engraçado”, não se podia alegar incompetência, acreditava ele, que fosse falta de vontade mesmo, em atender ao BEA. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Discursou, dizendo que desejava abordar um “velho assunto” e falou da época do inverno, quando se fazia muito frio, as pessoas comiam mais, principalmente, queijo suíço, um queijo que era cheio de buracos, e disse que queijo suíço o fazia se lembrar do estado, em que estavam as ruas da cidade; que o ex-secretário Fábio Mota estava começando a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desenvolver um bom trabalho, mas tinha sido substituído, e os buracos continuavam e piores ainda, os ratos tinham começado a reaparecer, pois os buracos eram ambiente propício à proliferação de ratos, os ratos diplomados, escolados e bilíngues; que os ratos vinham e levavam tudo o que viam pela frente; que ele se lembrava também, dos amigos porcos, animais que comiam e devoravam tudo o que viam pela frente, sem controle, detonavam tudo, até suas próprias casas; que ele se preocupava, então, com os dois personagens, os ratos e os porcos; que a cidade estava além da beira do caos e havia ratos e porcos, que persistiam e insistiam, em destruir a cidade, insistiam, em interferir, na qualidade de vida do cidadão; que dever-se-ia ter muita atenção, que os ratos não estavam fazendo apenas buracos, estavam devastando, literalmente, a cidade, e que, através da metáfora, ele “deixava a dica”, olhos atentos aos ratos e aos porcos, na cidade. Como o próximo inscrito, Vereador Cristiano Gaioto, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele trouxe um problema, o qual desejava “dividir com os outros dezesseis vereadores”, e a questão era sobre a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. Explicou que, por ser o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, tinha recebido um processo interno, ofício, encaminhado pela Comissão de Avaliação dos Convênios da Santa Casa de Mogi Mirim, assunto muito importante; que o processo tinha sido encaminhado à avaliação da comissão, a qual ele presidia, e no teor do documento, a Santa Casa pedia um reajuste de 50% à prefeitura, para manter os serviços de atendimento de urgência e emergência, adultos e infantil, em Mogi Mirim; que ele iria entregar cópia do ofício a todos os pares, após seu discurso; que a situação era preocupante, pois o provedor dissera que, sem o reajuste, totalizando o montante de dezoito milhões de reais, a partir de julho de 2018, o hospital ficaria impossibilitado de continuar prestando serviços à sociedade; que ele, orador, praticamente, não via como os vereadores poderiam intervir, no assunto, mas sugeria, que conversassem todos, com a nova Secretária de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Saúde, Rosa Ângela, e ele se propunha a agendar reunião, já para a semana, em curso; que os números apresentados, no documento, tinham-no preocupado, principalmente, na questão do atendimento de urgências e emergências; que a prefeitura repassava cerca de nove milhões de reais à Santa Casa, o contrato venceria, no mês de julho, e o provedor pedia por mais, pedia o dobro do valor, pedia dezoito milhões de reais; que, assim sendo, o hospital deixaria de ser filantropia, para ser municipal, era sua opinião; que este era apenas um, dos três contratos, os quais o hospital detinha, com a prefeitura, e o provedor pedia também, aumento do repasse, para os outros dois contratos, numa média, de trinta por cento; que não havia a menor possibilidade da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social discutir o assunto, isoladamente; que muito se falava, em “ajudar a Santa Casa”, mas a Santa Casa apresentava à Câmara um documento, colocando “a faca no pescoço” dos vereadores, haja vista que pedia um aumento de cem por cento, no repasse, sob ameaça de cessar os serviços; que ele não iria aceitar esse tipo de pressão, pois toda negociação precisava ser conversada, não desse jeito, ele esperava houvesse discernimento sobre o assunto, porque a Santa Casa era o hospital da cidade, setenta por cento da população utilizavam a Santa Casa, mas não seria “com a faca no pescoço, de hora para outra” que o problema seria resolvido, que qualquer aumento iminente deveria ter sido discutido, anteriormente, e que, a Secretária de Saúde e o Conselho de Saúde estavam apavorados, diante do pedido da Santa Casa. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele comentou a efeméride do dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Falou, que era um dia de conscientização, de olhar “com carinho o meio ambiente” e de pensar, nas políticas públicas e nas obrigações, como cidadãos, para preservação do meio ambiente, no planeta, onde todos habitavam; que o tema era preocupante, porque os indicadores se mostravam cada vez mais aterrorizantes, o clima piorava, haviam as mudanças climáticas e, na realidade municipal, ele desejava fazer referência à cobertura vegetal,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um problema, na cidade de Mogi Mirim, porque ela estava abaixo da média das demais cidades brasileiras; que a cobertura vegetal era importante, para manutenção do meio ambiente, o problema deveria ser enfrentado e a cidade possuía um plano de arborização, havia a Secretaria de Meio Ambiente atuante, um pessoal engajado, no tema, todavia, era preciso avançar, ver o que se poderia fazer, juntamente, com o Poder Executivo e a sociedade civil, para tentar aumentar a cobertura vegetal, a fim de que, no futuro, houvessem mais árvores plantadas, em Mogi Mirim; que outro assunto a ser lembrado no Dia Mundial do Meio Ambiente era o velho problema das queimadas, tanto era importante e recorrente o problema, que o vereador iria realizar nova audiência pública, para discussões sobre a problemática das queimadas, no dia 28 de junho de 2018; que, em outubro de 2017, ele tinha promovido uma audiência sobre o tema, discutido a problemática, falado, principalmente, da necessidade de revisão e ampliação da legislação municipal referente, para gerar novas situações de multas, e o Vereador Luís Roberto até tinha elaborado projeto, aprovado, para alternativas de aplicação das multas, todavia, não fora aplicada a lei, em virtude de falta de regulamentação, por parte do Poder Executivo, logo, mais uma vez, no mês do meio ambiente, ele desejava chamar atenção, para que fosse transformada, alterada a legislação, tornando-a eficaz; que a incidência das queimadas tinha se aplacado, um pouco, mas, verdade era, que todos os dias era possível sentir cheiro de queimadas, na cidade, algo irritante, pois trazia danos à saúde pública, era crime e continuava sendo constante, que o objetivo era nenhuma queimada, na cidade, e que, ele reforçava o Dia Mundial Meio Ambiente e, quem sabe, um dia, ter zero queimadas, em Mogi mirim, mediante uma legislação adequada e eficiente. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Jorge Setoguchi. Ele abordou a Moção de Apoio nº 145/2018, contra a proposta de reforma da lei dos planos de saúde, reforma esta, que contemplava a diminuição da cobertura do plano, a redução de multas às operadoras, as quais descumprissem a lei, facilitando, assim, às organizações a burlarem as coberturas, bem como, favorável à prevalecer o Código de Defesa do Consumidor, na defesa do usuário, junto aos planos, a fim de que o PROCON pudesse agir contra os planos de saúde, não beneficiando as operadoras e ajudando aos usuários. O vereador agradeceu a aprovação da moção, que seria encaminhada à Comissão de Saúde e Defesa do Consumidor, junto à Câmara Federal, em Brasília. Novamente, na condução dos trabalhos, o Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Iniciou, parabenizando a Vereadora Maria Helena, pelo transcurso de seu aniversário, na data de 05 de junho. Agradeceu o empenho do Vereador Gérson Rossi e o parabenizou, “na luta contra queimadas”, empenhou seu apoio às alterações, as quais se pretendiam, na legislação vigente, e disse, que estaria presente, na audiência pública relativa ao assunto. Sobre as questões da Santa Casa, dirigindo-se ao Vereador Geraldo Bertanha, afirmou, que estivera no hospital, conversando com o administrador, Clodoaldo, havia recebido a notícia, mas não tinha “absorvido tudo, pois o assunto era complexo”, todavia, tinha imaginado, já naquela ocasião, que o pedido seria “um valor muito alto”. Explanou, que os vereadores deveriam se unir, buscar uma reunião, para conversas, com a administração municipal, a fim de que a parceria, entre município e Santa Casa, prosseguisse e melhorasse. Depois, empenhou seu apoio ao Pacote Anticorrupção, apresentado pelo Vereador Tiago Costa, salientou, que estava, na Câmara, há quatorze anos, no seu quarto mandato, que, depois de todos esses anos, ele tinha aprendido a “dizer não às coisas fáceis”, que se apresentavam, constantemente, e que, a corrupção incomodava às pessoas “do bem”, haja vista que muitos imaginavam, que os vereadores estavam, na Câmara, para “fazer ponte, para fins



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lucrativos”. Afirmou, que já tinha escapado de “muitas ciladas” e armadilhas, com a graça de Deus, portanto, acreditava válido, e buscava fosse instituído o Pacote Anticorrupção, em Mogi Mirim. Destacou ainda, a situação de uma família, moradores, no Residencial Floresta, cujo ente tinha permanecido, na UTI, por dois meses, tinha recebido alta, e toda a ajuda, concedida pela administração, não passara do oxigênio, pois tudo mais o que era pedido, por exemplo, alimentação, era negado ao paciente; que haviam muitos casos semelhantes, de pessoas que tinham estado, na UTI, tinham sido liberadas, mas não tinham recebido suporte algum, a não ser oxigênio, portanto, faltava um trabalho social, por parte da prefeitura, faltava boa vontade, por parte da prefeitura, para unir a saúde, empresários e a área social, para facilitar, um pouco, a difícil sobrevivência das famílias carentes de Mogi Mirim, porque faltavam aparelhos, para convalescência residencial, faltava alimentação, que era custosa, a única ajuda vinha de rifas e bingos, feitos pela própria população, e finalizou, afirmando que ele faria um requerimento sobre o assunto, pedindo, desde logo, a assinaturas de todos, na futura propositura. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele abordou questão da rede social e de uma denúncia, envolvendo seu nome, na página Dedo Duro, no Facebook. Relatou, que Lua Aparecido Viola tinha publicado no grupo, uma foto de seu trator, estacionado, dentro da Secretaria de Saúde; que ele, orador, tinha iniciado o turno de trabalho, às 18 horas, com saída, às 7 horas; que a foto fora tirada, antes da abertura dos portões, ao público, às 7h30; que a pessoa tinha se indignado, perguntando, “se, agora, depois da greve dos motoristas de caminhão, a Secretaria de Saúde estava transportando pacientes, de trator” e questionando ainda, quem seria o “folgado”, que tinha estacionado o trator ali; que o “folgado” se chamava Marcos Antônio Franco, ele próprio, e fazia doze anos, que o “folgado” trabalhava, dentro da secretaria, já tinha ido trabalhar de trator, de carro, a pé, de caminhão, de moto e de bicicleta; que ele estranhava, porque tomava café, na casa, da denunciante e ela tinha dito, que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sabia de quem era o trator; que ele tinha ciência, da pessoa, que tinha tirado a foto de seu tratorzinho, sabia de quem a pessoa era funcionária; que ele deixava “um recadinho”, para aqueles que postavam inverdades e desejavam manchar sua imagem, nas redes sociais: podiam vir, seu telhado não era de vidro, e agradeceu aos munícipes, os quais o tinham defendido “de unhas e dentes”, pois sabiam do seu trabalho, haja vista que seu trator já tinha roçado muitas praças, pela cidade, com o dinheiro próprio, do vereador, portanto, ele não tinha “rabo preso”, com ninguém, nunca comprara votos e jamais havia feito promessas eleitorais; que ele andava de cabeça erguida e se alguém o quisesse perseguir, ficasse à vontade; que ele e seu tratorzinho tinham esparramado seis caminhões de pedra, no local, onde as pessoas desciam e subiam, nas ambulâncias, o pátio da secretaria; que seu tratorzinho transportava cadeiras de rodas, para todos, que ele não tinha medo de ninguém, principalmente, dos ratos e porcos, ou dos corruptos, que desviavam verbas, um bando de canalhas, vagabundos, e que, a “caneta, na mão do corrupto, era mais perigosa, que arma de fogo, na mão de bandido”, pois os corruptos eram bandidos camuflados. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela comentou o discurso, que o Vereador Geraldo Bertanha tinha feito, sobre as pretensões da Santa Casa de Misericórdia, e colocou, que já há alguns dias, ela vinha conversando, com alguns dos secretários do prefeito, afirmando, então, que era necessário, que o prefeito se debruçasse sobre o assunto da Santa Casa, assim como, também, os vereadores deveriam se debruçar sobre o assunto, pois a Santa Casa era o único hospital de atendimento, do SUS, em Mogi Mirim; que o prefeito era o gestor pleno da saúde de Mogi Mirim e, como tal, acreditava ela, que ele não deveria encerrar seu mandato, sem fazer algo pela Santa Casa, “ele iria se envolver”; que os dezessete vereadores estavam dispostos a debater o assunto Santa Casa; que a dotação orçamentária do município, para a Santa Casa, era de noventa milhões de reais, em 2018, e o Provedor Milton Bonatti pedia mais dezenove milhões; que ela esperava houvesse a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

interferência direta da municipalidade, dentro da Santa Casa, e, pelas manifestações feitas, no plenário, este também era o pensamento dos vereadores Gérson e Orivaldo; que o provedor falava, em situação de fechamento do hospital, caso não obtivesse os valores solicitados, para manutenção das urgências e emergências, e ela acreditava, então, que era necessário insistir, com o prefeito e a Secretária de Saúde, para que algo fosse feito, pelo município; que a irmandade também teria que ceder, era o que ela pensava; que ela desejava resolução, tratava-se de uma situação, que refletia a situação econômica do país, que se mostrava difícil, para 2019, logo, a cidade iria precisar muito mais do atendimento, via SUS, que havia relatos de médicos, que não tinham sequer fio cirúrgico, para costurar, algo estarrecedor, e que, dentre muitos outros assuntos de importância, a Câmara deveria estabelecer esta prioridade, pensar sobre a Santa Casa, com maior determinação. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele destacou a XV Marcha Para Jesus, evento anual, da Igreja Evangélica, em Mogi Mirim, o qual reunira, aproximadamente, cinco mil pessoas, no último sábado, nas ruas da cidade, e parabenizou aos organizadores. Ato contínuo, pediu desculpas aos protetores de animais e outras pessoas, pelo problema ocorrido, um imprevisto, uma surpresa, ao final da marcha, e narrou, que os organizadores tinham preparado toda a marcha, com antecedência, tinham adquirido os fogos, para a queima, sem estampido, porque sabiam da lei, que proibia fogos, com estampido, e a pessoa encarregada da compra, fora até Mogi Guaçu, tinha comprado lá, os fogos, sem estampido, de apenas cores, todavia, para a grande surpresa de todos, na hora da função, os fogos tinham estampido, faziam barulho e explosões, e não fora possível cessar a queima, depois que ela se iniciara, pois era programada. O vereador trouxe à sessão a caixa dos fogos adquiridos, onde estava grafado “sem estampido”, portanto, os responsáveis pela marcha tinham sido enganados, infelizmente, um erro do vendedor, ou má fé. Os responsáveis tinham ido até o estabelecimento comercial, em Mogi Guaçu,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para questionar o proprietário, pois tinham comprado fogos, sem estampido; que a Marcha Para Jesus era evento sério e não seria possível, obviamente, testar os fogos, antes do uso; que tinham surgido controvérsias, na rede social, e isso indignara os responsáveis ainda mais, pois eram muitas as manifestações, no WhatsApp; que a Igreja Missão Paz e Vida tinha publicado manifesto, na rede social, explicando o ocorrido; que os palmeirenses tinham se aproveitado da queima também, para comemorar a vitória do Palmeiras, soltando rojões, na zona leste; que os responsáveis pela marcha tinham ficado indignados, diante das manifestações, no WhatsApp, as “coisas postadas”, “coisas escritas, mexendo até com a conduta Apóstolo Vilmar”; que ele conhecia as pessoas, as quais tinham se manifestado, e pediu prudência, para inverdades, nas postagens, na rede social, que ele, em nome da Missão Paz e Vida, pedia, novamente, perdão aos protetores de animais e à população, porque não houvera intenção de afrontar a lei, e que, a Missão tinha sido prejudicada, por um erro de terceiros. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. O vereador iniciou seu discurso, colocando, que, muitas pessoas vinham até ele, para lhe dizer, que o seu comportamento, na Câmara, não era o comportamento de quem, um dia, desejasse ser prefeito, ou deputado, porque ele “falava coisas”, as quais surpreendiam pessoas, todavia, ele falava a verdade. Colocou, que estava como vereador, porque acreditava, que ele pudesse fazer o bem à população, dentro da dignidade, da forma correta, do sentimento correto, pois, sendo cristão, preocupava-lhe o julgamento de Deus, depois da morte. Afirmou, que outros muitos não acreditavam, em Deus, vendiam-se, por dinheiro e poder, faziam conchavos, mas, ele ainda podia usufruir do artigo 5º da CF/88, que tratava dos direitos e garantias do cidadão. Falou que, independentemente, de qualquer vereador, ele tinha compromisso, com as pessoas, as quais o tinham elegido, a população de Mogi Mirim, e também, com os demais, que não tinham votado nele, mas mesmo assim, eram população, e citou Mateus 10, 34, “não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ensem que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada”. Relatou, que tinha sido questionado, pelo “povo da Chácara Sol Nascente”, durante a reunião dos padres de Mogi Mirim, surgira uma conversa, portanto, ele, orador, iria “meter o dedo na ferida” e dizer, que a locação do prédio, denominado Palácio de Cristal, era uma vergonha, as pessoas o tinham questionado, perguntando, se a câmara possuía o prédio próprio, por que alugava outro, ao valor de mais de vinte e seis mil reais/mês? Por que não usava seu prédio próprio e o outro prédio, que o Poder Executivo lhe tinha cedido, e tais questionamentos não “desciam pela sua garganta”. Explicou, que ele era proprietário de empresa de manutenção mecânica e elétrica, fazia manutenções e reparos, em multinacionais, uma delas, com mais de cem unidades industriais, no globo, portanto, ele tinha capacidade, para dizer, que, se ele fosse o Presidente da Câmara, a reforma teria sido feita, em cento e vinte dias, bastando, para isso, a troca da instalação elétrica, do telhado, da tubulação de esgoto, instalação de divisórias, para as salas, e tudo estaria pronto, para que os vereadores deixassem o Palácio de Cristal, porque tratava-se de questão moral e, para completar, ele informava que um milhão, setecentos e nove mil, cinquenta e dezesseis reais, e alguns centavos seriam usurpados da população, até o final do ano, para pagamento do aluguel do Palácio de Cristal, e muito poderia ser feito, para o povo da cidade, com esse dinheiro. Como o próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela versou, primeiramente, sobre a Marcha Para Jesus e sobre a queima de fogos, com estampido, que se realizara, ao final. Lembrou, que fora a autora da lei; que, há quinze anos, ela participava da Marcha Para Jesus e estivera presente também, neste ano, durante a queima de fogos, ocasião, em que muitos a tinham procurado, para questionar, pois sabiam da existência da proibição; que ela conhecia a conduta do Bispo Vilmar; que ela não poderia falar nada, não havia explicações, naquele primeiro momento, durante a queima; que, depois do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

manifesto da Missão Paz e Vida e dela ter conversado, com o Bispo Vilmar, ela desejava sublinhar, que tudo tinha sido um incidente, realmente, a compra fora feita, de forma correta, mas eram os fogos errados, dentro da caixa, um equívoco; que não existira qualquer desejo da igreja, em infringir a lei, que ela reforçava, então, pedido de regulamentação da lei, junto ao Poder Executivo, e que, fossem expedidos ofícios, reforçando a lei, para seu cumprimento, pois aproximava-se a temporada de festas juninas, e que, mediante o erro ocorrido, as pessoas deveriam ter atenção dobrada. Depois, narrou um caso policial, de um assalto, quando duas mulheres tinham rendido dois bandidos armados, dominando-os, e explicou, que era costume pensar, que a mulher fosse o sexo frágil, todavia, as mulheres estavam impressionando e citou, como exemplo, a policial militar, que tinha reagido a um assalto, na porta da escola de sua filha, episódio de repercussão nacional, e isto, provava, que o Brasil estava mudando e a postura das mulheres estava assustando. Registrou, que a Polícia não orientava à reação, pelo contrário, orientava a vítima de assalto a não reagir, o ladrão poderia ter atirado, nas duas moças, todavia, ninguém aguentava mais a corrupção, as pessoas estavam “no limite”. Por fim, salientou, que apoiava o Pacote Anticorrupção, proposto pelo Vereador Tiago Costa, pediu a ele, que contasse com ela, para apoio, à proposição da Ficha Limpa, e desejou, que, nas próximas eleições, não surgissem “candidatos novos”, todavia, patrocinados, por “antigos fichas sujas”, corruptos de sempre, portanto, alertou ao povo, para que “ficasse esperto”. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão, às 20h07, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental, a que se refere o citado dispositivo, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa, o que segue: **EM**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 2º, inciso III, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 28, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre reajuste dos salários, vencimentos, proventos e pensão mensal dos servidores ativos e inativos da administração direta e da indireta”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (para rejeição do veto é necessário o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, em conformidade, com o disposto no artigo 192, § 3º do Regimento Interno, computando-se, inclusive, o voto do Presidente, como reza o artigo 20, IV, do Regimento Interno). Para discutir o veto, fez uso da palavra a edil Maria Helena Scudeler de Barros. Ela explicou o veto, o papel das comissões e suas reuniões, e defendeu o veto parcial e a posição do Poder Executivo, porque a matéria tinha sido exaustivamente discutida, durante um mês, feito seu amadurecimento, dia a dia, na Casa e no Poder Executivo. Narrou, que as comissões tinham inserido emenda, alterando o texto principal do projeto do prefeito e retroagindo o pagamento do aumento salarial dos funcionários públicos da prefeitura, para 1º de março, data base da categoria; que o prefeito tinha vetado tal artigo, porque alterava o orçamento municipal, o índice, na Lei de Responsabilidade Fiscal, que, assim sendo, fora firmado compromisso, entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, para antecipação da devolução do duodécimo, da Câmara, a fim de que a prefeitura pudesse honrar o pagamento da retroatividade, e que, tratavam-se de três projetos interligados, na pauta de votações, os quais ela defendia, dever-se-ia ter coerência e ela solicitava, portanto, que o veto fosse acatado. O próximo orador foi o Vereador Géerson Luiz Rossi Júnior. Ele reforçou a justificativa da Vereadora Maria Helena, afirmou que as discussões relativas ao projeto e seu veto tinham sido feitas, pelas Comissões, de forma muito transparente, na Casa; que tinha sido feito um “arranjo”, para “acertar a situação”, através dos três projetos de lei constantes, na pauta, uma exigência da Câmara, para que as três peças fossem votadas, num mesmo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dia, abrangendo a retroatividade do aumento do funcionalismo, que tinha sido estabelecida, pela Câmara, através de emenda, assinada pela totalidade dos membros da Casa, uma conquista, da Câmara, a qual seria readequada, enfim, através da votação eminente; que o prefeito tinha vetado a emenda e, depois de discussões várias, entre o Poder Executivo e as Comissões, tinha sido estabelecido compromisso, para a apresentação de novo projeto de lei, por parte do Poder Executivo, o da retroatividade do pagamento do salário do funcionalismo, para 1º de março, e o acatamento do veto, por parte da Câmara, acabanado de vez, com qualquer questionamento sobre vício de iniciativa, ou sobre inconstitucionalidade, razão do veto; que o parecer da Comissão de Justiça e Redação era claro e o objetivo dos vereadores, a retroatividade, estava sendo alcançado, apenas se fazia uma operação casada, um arranjo político, entre três projetos, para acertar a situação, pois a vontade da Casa era a da retroatividade, enquanto que, a do prefeito, inicialmente, não; que tinha sido a força da Câmara a fazer, com que os funcionários públicos recebessem o aumento retroativo de 1,5%, nos meses de maio e abril, que ele solicitava o acatamento do veto e a aprovação do projeto de lei, da retroatividade, e que, ele pedia ainda, aprovação para o projeto da devolução do duodécimo, pois os três projetos estavam interligados. O próximo a discursar foi o Vereador Tiago César Costa. Ele explanou, que a pauta poderia parecer confusa a alguns, havia o veto e uma lei, que cumpria a pretensão unânime da Câmara, da retroatividade; que o veto era prerrogativa do prefeito, ele poderia sancionar uma inconstitucionalidade, ou indicar a inconstitucionalidade, vetando aquilo que tinha sido aprovado pela Câmara, como tinha sido o caso, por exemplo, de uma emenda do MDB, que estabelecia a revisão anual geral aos servidores, de forma obrigatória, no orçamento, a qual tinha sido suspensa, por liminar; que ele não tinha concordado, com a forma, pela qual tinha sido feita a divulgação da situação financeira do município, porque tinham sido muitas reuniões, haviam



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

condicionado o pagamento retroativo do funcionalismo, desde que a Câmara devolvesse o duodécimo, todavia, o valor do duodécimo era de seiscentos mil reais, desses, trezentos e cinquenta mil reais seriam empregados, na retroatividade, e ninguém sabia o que seriam feitos dos demais duzentos e cinquenta mil reais; que outro desconforto tinham sido os cinco milhões e meio de reais, os quais “tinham surgido, de repente”, para antecipar o pagamento das férias dos servidores da prefeitura, decisão judicial, e o vereador, então, tinha ficado confuso, em dúvida, sobre qual a real situação financeira do município, haja vista que, em todas as reuniões feitas, sempre fora colocado, que não havia dinheiro, mas “tinham surgido cinco milhões de reais”, no caixa, para antecipar o pagamento das férias dos servidores, logo, ele perguntava, qual era a real situação do caixa da prefeitura, se haveria dinheiro, para um aumento maior aos servidores; que ele estava desconfortável, então, para votar o veto à emenda, que tinha sido aprovada, pela totalidade dos membros da Câmara, todavia, ele sabia que o resultado prático seria o benefício ao servidor público e, para que o servidor público não fosse prejudicado, ele votaria, acatando o veto, acompanhado os pares, na finalidade da propositura, ou seja, a retroatividade ao servidor e o respeito à data base. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele reconhecia a coerência, nas exposições feitas, e mencionou, que não tinha sido feita reunião, para comunicar a intenção de veto à emenda, a qual tinha sido aprovada, unanimemente, pela Câmara; que a Câmara revertera o quadro e tinham se iniciado as conversações sobre assunto, com os Secretários de Governo e Finanças e com o Chefe de Gabinete; que os vereadores tinham revelado aos secretários, que desejavam fazer uma composição, que fosse boa, para todos, sem olhar o lado político, pois estava, em jogo, o que poderia ser feito, ou não, ao servidor público, e como se fazer; que a conversa tinha sido sadia, sem intransigências, de ambos os lados, “um toma lá, dá cá”, a saber, os vereadores acatariam o veto e aprovariam o projeto de lei, que instituía a retroatividade,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mesmo objeto da emenda vetada; que fora combinado, votar todas as propostas, num mesmo dia; que fora acordado também, o valor de antecipação do duodécimo, em seiscentos mil reais; que tudo tinha sido cumprido, por ambas as partes, cabendo finalizar a questão, que inflar o peito e dizer “eu luto pelo servidor público” era uma coisa, e fazer, pelo servidor, era outra, diferente, e os dezessete vereadores estavam preocupados, em defender o servidor público, principalmente, quanto à retroatividade; que, assim como, o Vereador Tiago, ele também se assustara, com a informação, de que existiam cinco milhões de reais disponíveis, no erário, para pagamento antecipado das férias dos servidores; que ele fora buscar saber, e relatava, então, que a prefeitura, há muito, vinha guardando o dinheiro, para pagamento da ação judicial, ele poderia ter sido enganado, mas compreendera a poupança, que tinha sido feita, e que, ele votaria, acatando o veto do prefeito. O próximo a discursar foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Salientou ter escutado, atentamente, todas as explicações, bem como, as palavras do Vereador Tiago Costa e afirmou, que, embora ele fosse tido, como “vereador da oposição”, ele apenas fazia seu trabalho, quando era preciso votar contra, ele votava, quando era necessário votar, favoravelmente, assim ele fazia, pela população, pelos servidores, pela ordem pública e, no caso, não lhe restavam dúvidas, o importante seria o resultado final, a retroatividade ao servidor, portanto, assim sendo, nesta visão, votaria, acatando o veto do prefeito e, na sequência, favorável ao projeto da retroatividade. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele colocou, que o desfecho tinha sido uma vitória de todos os vereadores, pois haviam conseguido manter a intenção da retroatividade do pagamento do aumento salarial aos funcionários, emenda aprovada, pelos dezessete vereadores, logo, nem eram necessárias explicações além, bastando ler e compreender os projetos. Afirmou, que votaria, em favor dos funcionários, estabelecendo a retroatividade, a partir de 1º de março, o modo como fora feito o acerto, não lhe interessava, não era importante o “meio”, mas o “fim”, e o “fim” seria benéfico aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

servidores. Também comentou a matéria o Vereador Cinoê Duzo. Discordou, que o Poder Legislativo tivesse conseguido “dobrar” o Poder Executivo, na questão da retroatividade, pois tudo era uma ilusão, que tinha sido criada, pelo prefeito Carlos Nelson, pessoa esta, que induzia o pensamento dos colegas, que ele não acreditava, no Chefe do Poder Executivo, em absoluto, e que, não lhe tinha sido revelado, nem a ninguém, para onde iriam os restantes duzentos e cinquenta mil reais, da antecipação da devolução do duodécimo; (submetido a votos, sessão de hoje, turno único, a Câmara, acolheu, por dezesseis (16) votos favoráveis a um (01) voto discordante, observada a maioria absoluta, o veto parcial ao Projeto de Lei nº 28/2018, do Prefeito Municipal); (o Presidente exerceu direito de voto, conforme o artigo 20, IV, do Regimento Interno); (comunique-se ao prefeito, o decidido pela Câmara); **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 48, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “retroagindo os efeitos da Lei Municipal nº 6.003/2018”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Discursou a edil Maria Helena Scudeler de Barros, aclarando, que o Poder Executivo tinha revisto sua decisão e apresentara a proposta da retroatividade dos efeitos da Lei nº 6.003/2018, para 1ª de março, cumprindo o desejo da Câmara, quando esta apresentara e aprovara a emenda; (posto a votos, sessão de hoje, Turno Único, a Câmara, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 48/2018, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Resolução nº 02, de 2018, de autoria da Mesa da Câmara, “autorizando antecipar, ao Poder Executivo, devolução, neste primeiro semestre, do exercício de 2018, de parte do saldo de banco e caixa remanescente de duodécimos, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra a vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Disse, que se completava, enfim, o “pacote”: a votação do veto, que tinha sido acatado; a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

retroatividade dos efeitos da Lei nº 6.003/2018, para 1º de março, e por último, a devolução do duodécimo, no valor de seiscentos mil reais, a autorização do pagamento antecipado, e se cumpriam assim, todos os compromissos assumidos, tanto pelo Poder Executivo, quanto pelo Poder Legislativo. O próximo a argumentar foi o Vereador Moacir Genuario. Ele verbalizou que, novamente, vinha a tribuna, para acentuar a falta de necessidade de explicações técnicas, a respeito dos projetos a serem votados, porque todos os vereadores tinham condições de ler as matérias e as compreender; que, relativo à devolução do duodécimo, ou seria feita agora, em junho, ou seria feita de qualquer forma, no final do ano, portanto, para os vereadores, não cabia qualquer efeito, não lhes cabia definir, onde o duodécimo deveria ser utilizado, pelo prefeito, esperava ele, que fosse utilizado, para suprir às necessidades do município, pois eram grandes. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele esperava, que o dinheiro da antecipação da devolução do duodécimo fosse bem utilizado, pela administração, e frisou, que o Poder Executivo tinha cedido, de fato, pois retrocedera, na sua decisão, de não respeitar a data base, talvez até mesmo, porque o prefeito fosse sabedor de que, se ele contrariasse a lei, caber-lhe iam várias ações trabalhistas, logo, existia a lei da data base, o prefeito nada mais fizera, do que rever sua decisão, corrigir e obedecer a regra da lei existente, a qual tinha fixado a data base do funcionalismo municipal, em 1º de março, evitando, assim, problemas futuros, com a Justiça do Trabalho, ou heranças negativas, para a cidade pagar. Fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele salientou, que, justamente, o prefeito não era “bonzinho coisa nenhuma”, apenas tinha reavaliado sua decisão, o prefeito percebera, que tinha “pisado no tomate”, e afirmou que “bonzinhos eram aqueles, os quais acreditavam que Carlos Nelson Bueno era bonzinho”, porque o prefeito era cruel sim, não tinha feito mais do que a sua obrigação e, para finalizar, o vereador pediu ao prefeito, que ele usasse da transparência e divulgasse, o que iria fazer com o restante do dinheiro do duodécimo; (colocado a votos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sessão de hoje, Turno Único, a Câmara, aprovou, unanimemente, o Projeto de Resolução nº 02/2018, da Mesa da Câmara); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 40, de 2018, de autoria da Mesa da Câmara, “fixando os subsídios dos Secretários Municipais, para os exercícios de 2018 a 2020”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela relembrou, que a legislatura anterior não havia fixado o salário dos secretários; que, quando se iniciara a atual gestão Carlos Nelson Bueno, ficara subentendido, que todos os reajustes, os quais tinham sido dados aos servidores, poderiam ser incorporados aos salários do prefeito, da vice-prefeita e dos secretários, iniciando-se assim, “muito na calada da noite”, um reajuste do prefeito, da vice-prefeita e dos secretários; que ela não podia se furtar, em mencionar, a atuação do Vereador Tiago, que, sabedor da lei, vira como incorreta a decisão, voltara-se, em estudos, e denunciara a ilegalidade do aumento, fazendo com que o prefeito, sua vice e seus secretários devolvessem todos os reajustes dados; que tinha sido feito, então, um Termo de Ajuste de Conduta - TAC, entre os Poderes, estabelecendo-se, que a fixação dos salários do prefeito, vice e secretários cabia à Câmara Municipal; que o Poder Executivo tinha feito, formalmente, pedido ao Presidente da Câmara, para conceder a fixação dos salários, para os anos de 2018, 2019 e 2020 e o reajuste de 1,5%, que a Mesa Diretora acatara a solicitação formal e apresentara o projeto, em tela, fixando os subsídios, em R\$ 8.759,80, e que, ela não via dificuldades, para aprovar o projeto. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Ele afirmou, que também se recordava dos episódios do passado e comentou, que, realmente, a última legislatura tinha deixado de fixar o subsídio dos vereadores, prefeito e vice, para os quatro anos seguintes, conforme estabelecido, em lei, e isto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

criara uma deficiência legal. Sublinhou, que a questão salarial dos secretários era votada à parte, como se fazia, naquele momento; que não havia qualquer lei, fixando o salário atual, para secretários; que o projeto de reajuste dos secretários tinha partido da Mesa, concedendo, aos secretários, o mesmo índice de aumento aprovado, para o servidor de carreira, igual a 1,5%; que os secretários ocupavam cargo de confiança, eram comissionados, e o servidor público tinha recebido 1,5% de aumento; que o salário ao secretariado era razoável, mas ele não sabia se era coerente; que ele também cogitava, se a fixação não deveria ser apreciada, quando da fixação do subsídio do prefeito, vice e vereadores, no prazo legal, porque secretários também era agentes políticos, em cargos comissionados; que eram estas, as ressalvas, que ele fazia, e a Casa de Leis teria, necessariamente, que fixar o subsídio do prefeito, vice e vereadores, no prazo legal, para o próximo quadriênio, porque era obrigação da Casa Legislativa, e ela não tinha sido cumprida, no passado, que não se deveria “andar, em cima dos erros do passado”, como era o caso da locação do Palácio de Cristal, cujo “nó, ninguém desatava”, enquanto que, os atuais vereadores tinham que engolir os atos da Mesa Diretora anterior, Mesa que tinha onerado os cofres, prejudicado a Câmara, diante da irresponsabilidade, de não ter fixado os subsídios dos agentes políticos, atos de uma legislatura que, pela sua maioria, tinha deixado a herança negativa, para Mogi Mirim, não só, em relação ao Palácio de Cristal, mas em relação também, à votação, em tela, porque não existia lei, que fixasse o salário dos secretários. Na sequência, discursou o Vereador Cinoê Duzo, que se posicionou, contrariamente, ao projeto de lei, porque o Brasil estava em crise econômica, não era momento de aumentar salários dos secretários, cargos comissionados, e os secretários já ganhavam muito bem. O próximo a comentar a proposta foi o Vereador Luís Roberto Tavares que, desde logo, registrou que o projeto, em discussão, não tinha sido assinado, pela totalidade da Mesa da Câmara, haja vista que ele próprio, 1º Vice-Presidente, não tinha assinado a matéria, pois tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dúvidas relativas ao percentual do aumento aos secretários, pois, mesmo sendo o índice dos secretários igual ao índice do reajuste dado ao funcionalismo, o prefeito, os vereadores e a vice-prefeita não tinham recebido qualquer reajuste, todos agentes políticos, logo, ele era contra a matéria, porque dever-se-ia apreciar o aumento dos secretários, quando ocorresse a fixação dos salários do Prefeito, Vice e vereadores, ao final da legislatura, e não agora; (posto a votos, sessão de hoje, Primeiro Turno, a Câmara, aprovou, por nove (09) votos favoráveis a oito (08) votos contrários, o Projeto de Lei nº 40/2018, da Mesa da Câmara); (o presidente exerceu direito de voto, conforme o artigo 20, III, do Regimento Interno); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 5. Projeto de Lei nº 41, de 2018, de autoria da Mesa da Câmara, “dispondo sobre reajuste dos salários, vencimentos, proventos e pensão mensal dos servidores públicos ativos e inativos, da Câmara Municipal de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Aclarou, que a Mesa da Câmara tinha proposto o mesmo índice de reajuste, 1,5%, aos funcionários ativos e inativos e pensionistas da Câmara e ela ressaltava também, que o reajuste estava abaixo do índice oficial da inflação, para o ano 2017, que tinha sido de 2,95%, e que, cabia a cada vereador a decisão do voto; (posto a votos, sessão de hoje, Primeiro Turno, a Câmara, aprovou, por treze (13) votos favoráveis a três (03) votos contrários, o Projeto de Lei nº 41/2018, da Mesa da Câmara); (à Ordem do Dia da próxima Sessão para apreciação em segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Ele justificou seu voto favorável, ao Projeto de Lei nº 41/2018, porque era favorável ao servidor concursado, funcionário de carreira, pessoa que tinha direito a sua reposição salarial. Explicou que a Casa Legislativa tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seus servidores públicos, concursados, diferentemente, de outros funcionários, ocupantes de cargos comissionados, como era o caso dos secretários municipais, cargos ocupados por indicação, e, diferentemente, também, dos agentes políticos, os vereadores eleitos, e que, o servidor público da Câmara tinha direito à sua reposição, da mesma forma, que o servidor público do Poder Executivo, um direito, que lhe era garantido, por lei. Sublinhou, que dera voto contrário ao aumento dos secretários municipais, porque eram agentes políticos, ocupavam cargos comissionados, e ele pensava, semelhantemente, ao Vereador Luís Roberto, ou seja, dever-se-ia apreciar o aumento dos secretários, quando ocorresse a fixação dos salários do prefeito, vice e vereadores, ao final da legislatura. Depois, pediu o apoio dos pares ao Pacote Anticorrupção, que o Vereador Moacir e ele tinham apresentado, três projetos a serem discutidos, aguardavam os pareceres das comissões, e destacou, que haviam outras propostas, de mesmo sentido, as quais ele pretendia apresentar, futuramente. Afirmou, que o intuito do pacote era criar mecanismos de confiabilidade às empresas, as quais participassem de licitações, no Município de Mogi Mirim, com a instituição do Selo Empresa Anticorrupção, bem como, evitar a formação de cartéis, tais como, tinham sido os cartéis expostos pela Operação Prato feito, deflagrada pela Polícia Federal, e também, para proteção da população, a fim de que o povo de Mogi Mirim não sofresse, nunca mais, os prejuízos causados, por uma administração corrupta, sem cuidados, para com o dinheiro público. Colocou, que o Brasil deveria mudar a sua cultura, porém, o sistema corrupto esta arraigado, no povo, infiltrado, na democracia, cabia, então, iniciar um processo de mudança, transformando, primeiramente, Mogi Mirim, começando um trabalho de transparência e combate à corrupção, elaborando leis e criando mecanismos, para orientação da população e melhoria de vida da sociedade. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Iniciou, falando que a sessão tinha sido emblemática, porque ele observara vereadores fervorosos, na tribuna, expondo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

questão do Palácio de Cristal, e aclarou, que tal questão também o incomodava muito; que ele tinha sido questionado sobre o Palácio de Cristal, no programa de Johnny Evans, na antiga SEC TV, sentia-se sempre desconfortável, diante da questão, e verbalizou que, quando da eleição do atual Presidente da Câmara, o voto dos vereadores tinha sido condicionado à questão da saída dos vereadores do Palácio de Cristal e, infelizmente, o vereador Jorge tinha sido eleito, passara-se um ano e meio, e os vereadores ainda ocupavam o anexo; que, não só, em virtude disso, mas a sessão estava emblemática também, pelo momento político, que se vivia, no Brasil, atualmente, com a greve dos caminhoneiros, explicando, que as reivindicações dos caminhoneiros tinham sido atendidas, todavia, os caminhoneiros tinham prosseguido, em greve, justamente, porque o que mais queriam, antes da redução do custo do Diesel, era que as mordomias fossem “cortadas, na carne” e perguntou, se ninguém estava escutando o clamor das ruas, porque, na Câmara Municipal de Mogi Mirim, ao invés de “se cortar, na carne”, aprovava-se um aumento de salário aos secretários, aumentavam-se os privilégios e perguntou aos pares, se era isso, que o povo desejava de seus representantes, o aumento dos privilégios, aos comissionados; que o povo estava pedindo ajustes, redução de privilégios, e os vereadores, pela sua maioria, tinham ido contra à vontade popular, mais uma vez, aumentando o salário dos secretários. Registrou, que “tudo isso era uma vergonha”, que ele se envergonhava, pelos motivos expostos, tinha vergonha, pela classe corrupta, de Brasília, ele se envergonhava de ser membro de uma classe política, a qual defendia privilégios; que era chegada a hora de rever conceitos, na Câmara de Mogi Mirim, de ouvir mais o povo, pois os nove votos, favoráveis ao aumento salarial dos secretários, eram vergonhosos, que ele parabenizava aos que tinham votado contra o reajuste do secretariado, contra aumentar salário, de quem era indicado pelo prefeito, pois ele não “engolia isso”, e que, pedia perdão aos colegas, respeitava-os todos, mas a votação não lhe “tinha descido”. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele reafirmou o assunto do Palácio de Cristal, prédio alugado, para ser anexo da Câmara Municipal. Salientou, que o assunto sempre tinha sido “uma vergonha”, para a cidade, e comparou esse aluguel, ao aluguel das salas, para ocupação do Gabinete do Prefeito, em prédio, localizado na Avenida Pedro Botesi, pois era “outra vergonha”, porque jogava-se dinheiro fora, mesmo diante da visível crise, que abatia o país; que o Palácio de Cristal custava mil reais/dia, aos cofres, praticamente, um dinheiro jogado fora; que o reajuste dos secretários, aprovado, naquela data, era “outra vergonha”, porque, em plena crise, aumentavam os salários dos secretários, de R\$ 7.500, muito bem pagos, para quase dez mil reais, R\$ 8.500,00, e perguntou, se a crise só exista fora de Mogi Mirim; que ele não entendia, por que o projeto não tinha sido postergado, para apreciação, somente, em 2020, haja vista que a administração dizia, que a cidade não tinha dinheiro, para nada, logo, não era este o momento de votar tal matéria, um projeto horroroso, que o aumento do funcionário público deveria ter sido maior, do que fora dado, mas sempre o cruel prefeito só pensava, nos seus protegidos, e criticou a falta de remédios nas UBSs, os buracos nas ruas, a falta de obras, a falta de realizações, o mato, que tomava conta da cidade, e que, o aumento aos secretários era absurdo e vergonhoso. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele, inicialmente, parabenizou sua correligionária, no PP, Vereadora Sônia Rodrigues, pelo empenho e pela conquista, junto ao Deputado Ricardo Izar, PP, referente ao Castra Móvel, cuja verba já se encontrava, nos cofres da prefeitura. A seguir, relatou que a ETEC Arthur Azevedo estava pleiteando dois novos cursos, para Mogi Mirim; que, durante a semana, teriam início reuniões relativas e um dos cursos pleiteados, era o de Artes Cênicas, uma inovação, para a cidade. Convidou o Vereador Alexandre Cintra, para participar das reuniões e de todo o processo, e mencionou, que o outro curso era de Mecânica Automotiva, em parceria, com as empresas da cidade. Convidou o Vereador André Mazon, para participar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das reuniões relativas e destacou, que os cursos eram esperados, para 2019, e, como dizia o Vereador Cinoê, para a educação, por mais que se fizesse, sempre seria pouco, que ele estava muito feliz, com as notícias, e que, quando tudo estivesse pronto, anunciaria aos demais edis, numa conquista conjunta, para a cidade. Depois, enquanto Primeiro Secretário da Câmara, afirmou, que as indicações estavam sendo reiteradas, em grande número, ultimamente, e sugeriu aos pares, que usassem menos papel e falassem mais, com os secretários, diretamente, pois a reiteração constante de proposituras revelava aos autores, que eles não estavam alcançando seus objetivos, portanto, as proposituras não estavam funcionando, logo, era melhor ter uma conversa “tête à tête”, uma conversa cara a cara, com os secretários, ou com o prefeito, ele próprio, disso se utilizava, ao invés do papel, para tentar resolver alguns problemas, obtendo algum êxito, e sugeriu ainda, ao governo municipal, que criasse uma linha direta de interlocução, entre vereadores e gabinete, a fim de facilitar a comunicação e o atendimento às proposituras, haja vista que o vereador não pedia para si, mas em prol da população. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Iniciou, lembrado, que, na sua eleição, tinha obtido setecentos e quarenta e sete votos, mas, atualmente, acreditava ter mais do que isso, porque existiam seus eleitores e existiam outros, que apenas torciam, para que ele fizesse um bom trabalho e, assim sendo, ele iria usar a tribuna, para expor o seu pensamento, todas às vezes, as quais acreditasse necessárias, ou para justificar um voto, ou para expor ponto de vista, ou para fazer manifestação, pois tinha esta vontade, a de levar sua forma de pensar, aos que confiavam, no seu trabalho, principalmente, em honra aos setecentos e quarenta e sete votos recebidos, quem não o quisesse ouvir, fosse ao banheiro, fosse tomar um café, ficasse à vontade. Depois, registrou reunião importante, audiência pública agendada para a próxima quarta-feira, visando discussões acerca do transporte público municipal, assunto abordado, praticamente, em todas as sessões, logo, ele desejava ver as galerias da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Câmara repletas de usuários do transporte. Sobre a cogitação da mudança de horário das sessões da Câmara, assunto publicado, em jornais, o vereador salientou, que nada tinha mudado, fora apenas um comentário feito, pelo presidente, em reunião, uma sugestão apenas, mas os vereadores já estavam sendo “sacrificados”, pelos populares, nas redes sociais, com postagens, as quais diziam que os vereadores queriam se esconder do povo, ou não queriam que a população comparecesse, nas sessões, e afirmou, que a audiência da próxima quarta-feira seria um teste à população, verificar-se-ia se a população se faria presente, ou não, haja vista que o assunto a ser abordado interessava a setenta por cento da população, o aumento da tarifa ônibus circular, logo, ele convidava toda a população, para que estivesse presente, acompanhando as discussões, dever-se-ia dividir ônus e bônus. Disse ainda, sobre ônus e bônus, que os secretários, ao assumirem suas funções, sabiam que teriam ônus e bônus e, na data, tinha sido dado o bônus, portanto, ele iria cobrar o ônus, ao Secretário de Esportas, Cultura e Lazer, Marcos Dias, porque, o secretário precisava se decidir, o secretário estava cuidando muito bem da cultura, no município, mas o esporte e o lazer estavam deficientes, logo, o secretário deveria entender, que era humanamente impossível assumir ambos os encargos, simultaneamente, e sugeriu, então, que o secretário delegasse o setor do esporte a alguém competente, para assunção da pasta. Registrou, que não restavam mais praças esportivas municipais, apenas campos de futebol, que eram cuidados por associações esportivas particulares; que o único campo, administrado pela prefeitura, estava uma judiação, não havia como utilizar o gramado, tratava-se do campo de futebol do Complexo Lavapés, o gramado estava horrível, havia risco para os atletas amadores; que o Vereador Marcos, com seu tratorzinho, havia se oferecido, para podar a grama, todavia, o oferecimento não tinha sido aceito, pela administração, que, por sua vez, também não executava o serviço; que a dita piscina pública do Tucurão não existia, de fato, não era utilizada; que havia necessidade de fechar o muro do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Complexo Tucurão e a administração não fazia o serviço; que era preciso ter criatividade, já que não havia dinheiro, que o esporte, em Mogi Mirim, estava abandonado, e que, ele, orador, prosseguiria, na tentativa de melhorar as condições do esporte, no município. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Primeiramente, ele abordou assunto da Santa Casa, detinha notícia, que além do ofício, trazido pelo Vereador Geraldo Bertanha, outra situação preocupante iria ocorrer, a partir de julho, pois a Santa Casa tinha recebido notificação, no sentido de desconto, em convênios já existentes, como tinha sido o caso, dos convênios das cirurgias eletivas, as quais não tinham sido feitas, havia a glosa do pagamento, mês a mês, quando não se atingia os índices do convênio, o qual tinha sido firmado, entre as partes; que, no próximo repasse, haveria glosa de trezentos mil reais, por não atingir os indicadores conveniados; que a situação da Santa Casa estava difícil, os convênios exigiam indicadores a serem atingidos, os quais a Santa Casa não conseguira cumprir; que, no mês anterior, o pagamento dos médicos tinha sido feito, com 30% a menos, porque não havia dinheiro suficiente; que, para o convênio dos plantões, havia glosa de novecentos mil reais e, retirando-se trezentos mil, os médicos ficariam sem receber, demonstrando transtorno iminente, portanto, ele sugeriu fosse agendada reunião urgente, objetivando a busca de solução, tanto para alcançar o realinhamento financeiro, que ele acreditava possível, bem como, para a glosa, que vinha ocorrendo, no convênio dos plantões médicos. Ato contínuo, versou sobre as votações da noite, sublinhando, que os vereadores, o prefeito, e sua vice, ocupantes de cargos eletivos, não tinham tido qualquer reajuste; que o povo pedia ética, pedia ao Congresso Nacional, que não fossem votados altos privilégios e, na Câmara Municipal, não tinha sido votado nenhum alto privilégio, apenas o reajuste aos funcionários da Câmara, bem como, reajuste semelhante aos secretários, os quais estavam, há anos, sem reajuste; que o aumento tinha sido de cento e vinte e oito reais e não eram muitos os secretários municipais, muitos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deles eram servidores, eles se dedicavam vinte e quatro horas ao trabalho, trabalho este, que exigia muita responsabilidade, portanto, dever-se-ia ter um pouco de juízo e coerência, ao se dirigir à população, porque, realmente, não tinha sido aprovado nenhum reajuste astronômico, que comprometesse as finanças do município, e os secretários, assim como, os funcionários mereciam receber o reajuste, logo, a votação tinha sido coerente. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele disse ter estranhado as colocações feitas, pelo Vereador Orivaldo Magalhães, sobre o Palácio de Cristal, haja vista que o projeto de reforma da Câmara Municipal se encontrava no setor de planejamento da prefeitura, para sua finalização, o Vereador Orivaldo tinha feito as colocações, as quais tinham sido “muita política”, na opinião do orador, logo, a Mesa Diretiva estava preocupada e iria se reunir, para ver as providencias cabíveis. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. O vereador, que era o 1º Vice-Presidente, narrou que a Mesa da Câmara tinha se reunido, durante o intervalo, e decidira, durante a semana, dar a data do retorno dos funcionários ao prédio antigo da Câmara, em breve tempo. Na sequência, comentou acerca da audiência pública, que estava agendada, para a próxima quarta-feira, e concordou, com aquilo, que tinha sido dito pelo Vereador Geraldo, de que a audiência seria o momento perfeito, para a população estar ao lado dos vereadores, não só para pressionar, mas também, para ouvir as justificativas, da empresa Fênix, e as justificativas, do Poder Executivo de Mogi Mirim, e confirmou sua presença. Falou ainda, que, durante a semana, iria plantar cinquenta e uma árvores, para registrar, simbolicamente, a Semana do Meio Ambiente, seu quinquagésimo primeiro aniversário e o Patriotas, partido político, ao qual pertencia, cujo número era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cinquenta e um. Parabenizou a população católica de Mogi Mirim e as paróquias da cidade, pela realização da procissão de Corpus Christi, bem como, congratulou-se com o jornalista Flávio Magalhães, de A Comarca, pela a cobertura jornalista feita, e frisou, que faria moção de congratulações sobre o assunto, porque a procissão era uma forma de preservação cultural do povo. Registrou vários pedidos, para atuação da operação tapa buracos, porque, em muitos lugares da cidade, o asfalto estava virando pedra, algo perigoso aos motociclistas e aos carros e citou também, solicitação de redutor de velocidade, para a Rua 1, do SEHAC, e para a Rua 3, do Parque das Laranjeiras, reiterando indicação ao local, onde estava se formando uma enorme cratera. Aclarou, que havia reiterado sua indicação, através de requerimento, porque não tinha existido atitude, por parte da administração. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele, enquanto Segundo Secretário da Mesa da Câmara, registrou, que a Mesa tinha se reunido, em sua totalidade, durante o intervalo; que ele, todas às vezes, que comparecia ao anexo da Câmara, o Palácio de Cristal, sentia “um nó”, tinha dores de estômago, porque os vereadores do passado, a Mesa passada tinha atado tal nó e, todas às vezes, alguém vinha à tribuna, falar do Palácio de Cristal, portanto, pediu ao Presidente, por gentileza, haja vista a demora, que os vereadores retornassem ao prédio antigo, da forma, como se encontrava, mesmo sem obras de reforma, porque todos os meses, vinte e oito mil reais eram “jogados, no lixo”, e havia necessidade de dinheiro, para ser utilizado, em tantos departamentos, existiam muitos veículos locados também, outros parados, por falta de reparos, e o dinheiro poderia ser muito bem utilizado, portanto, com todo respeito, rogava ao Presidente Jorge, para que os vereadores deixassem o anexo, pois estava na hora “de desatar o nó”, que tinha sido feito, no passado, sair daquele lugar e resolver a pendência. Depois, justificou o seu voto contrário, para o projeto de aumento salarial aos secretários, e afirmou, que os vereadores eram livres, para votar, como desejassem, ninguém precisava se exaltar, nem ofender ninguém, pois,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cada um tinha sua opinião, ele mesmo, não estava, para julgar ninguém, e ninguém deveria ficar se exaltando muito, na Câmara, pediu cuidado, existiam “telhados de vidro”; que os secretários o desculpassem, por ele não ter aprovado o aumento, e informou, sobre quanto recebiam certos funcionários, na prefeitura, seus colegas servidores, a saber, um servente, que limpava os banheiros, onde todos usavam, que recebia novecentos reais/mês, ou os coletores de lixo, os quais deveriam ser tratados, com todo respeito possível, os quais recebiam, mensalmente, salário mínimo, ele próprio, motorista, cujo salário era de mil e quinhentos reais/mês, tendo ele que ser responsável, pelos pacientes, que transportava, portanto, o funcionário público, além da necessidade de estar bem preparado, deveria ser tratado, com dignidade e respeito, esses sim, deveriam receber oito mil e quinhentos reais, por mês. Falou, que o povo era escravo dos políticos, porque trabalhava, diariamente, para manter o luxo dos políticos corruptos e o de seus filhos, a greve mostrara, aos políticos corruptos, o ponto fraco dos brasileiros, como era fácil corromper os brasileiros, porque os brasileiros eram fracos, e todos podiam esquecer também, o “negócio de intervenção militar”, porque todos eram aliados. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela versou acerca do Palácio de Cristal, salientou, que era preciso relembrar o ocorrido, nos anos passados, e narrou, que o ex-presidente da Câmara, João Carteiro, no último biênio, da gestão Gustavo Stupp, iniciara o processo de mudança, para o novo anexo da Câmara, denominado, posteriormente, Palácio de Cristal; que era necessário, enfim, que todos soubessem da história, pois existiam, agora, vereadores, os quais estavam iniciando a vida pública; que, à época, o então Vereador Leonardo Zaniboni tinha falado a alguns vereadores, que “o projeto estava na mesa do prefeito Gustavo Stupp”; que ela iniciara uma pesquisa e fora, por diversas vezes, à tribuna, para dizer: “acerto de campanha”; que o proprietário do prédio, senhor Higino, pedira, então, o seu mandato de vereadora, todavia, nada conseguindo fazer, portanto, nada do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que ela dizia era mentira, “aquilo lá” tinha sido acerto de campanha; que o grupo de oposição, ao qual ela pertencia, à época, tinha ingressado, com uma representação, tinham buscado também, o Conselho dos Engenheiros - CREA, porque o “caixote”, o prédio, era irregular; que, tanto o Vereador Cinoê, quanto ela, oradora, jamais tinham entrado naquele prédio, pois tinham sido peças, na representação; que ela nem sabia, onde se sentava sua assessora, e isto, politicamente, era um prejuízo enorme, poderiam perguntar: “onde está a vereadora, que não está aqui?”; que ela nunca tinha exposto ao Presidente Jorge Setoguchi, como se sentia, todavia, não iria se exaltar, mas fato era, que ele, o Presidente Jorge, tinha uma parcela de culpa; que muitos ex-vereadores tinham parcela enorme de culpa, pois tinham agido, juntamente, com o Poder Executivo daquela época, sem responsabilidade alguma, para com o povo, portanto, ela desejava e muito, mudar-se, retornar, para o antigo prédio do Poder Legislativo, porém, que não fosse “no atropelo”, avisava bem isso, pois, assim sendo, nada se resolveria; que os atuais dezessete vereadores estavam “destroçados”, com o “Palaciômetro”, medidor dos gastos, com o aluguel do anexo, publicado, semanalmente, pelo Jornal A Comarca; que a culpa residia na morosidade, poder-se-ia acelerar o processo, inclusive, ela tinha a impressão, de que existia alguém, atrapalhando a questão, ao invés de a ajudar; que o telhado do fundo do prédio antigo nunca tinha sido trocado, existiam muitas pombas, bichos, chovia-se dentro e a Vigilância Sanitária, certamente, não permitiria uma mudança, da forma, como o antigo prédio estava, que era possível sim, arrumar tudo, em alguns meses, e que, ela era contra o retorno dos vereadores, ao antigo prédio, sem que fossem feitas as devidas obras de reforma. Fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. Frisou, que desejava alertar aos vereadores, de que a tribuna era um local, para que os vereadores externassem suas ideias e não local, para que vereadores dessem explicações sobre os projetos, pois assim sendo, estimulava-se aos demais vereadores, que não lessem as propostas, não as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estudassem, pessoalmente, e os vereadores tinham que saber o que estavam votando, deveriam ler os projetos; que a tribuna era lugar, para externar ideias, e ele falava, referindo-se, justamente, à Vereadora Maria Helena Scudeler, que, frequentemente, fazia uso da palavra, para explicar os projetos; que era obrigação do vereador ir à tribuna, para externar ideias, relativas à sua forma de pensar, que a tribuna era local livre, inclusive, ele estava cansado de ouvir besteiras ditas, em tribuna, e que, ele desejava sublinhar também, que era contrário à mudança do horário das sessões ordinárias, das 18h30, para às 17 horas, bem como, era contrário a que se fizessem sessões extraordinárias, nas quartas-feiras. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães e ele respondeu ao Presidente da Câmara, Jorge Setoguchi. Afirmou que, quando tinha discursado, anteriormente, sobre a Santa Casa, algumas pessoas o tinham olhado de forma retorcida e pessoas, na direção da Santa Casa, haviam dito, que ele só sabia criticar e não ajudava; que ele não precisava se justificar, em nada, quem o conhecia sabia de seu trabalho, na cidade, todavia, ele não tinha falado mentiras, falara que a Santa Casa estava, na UTI, e a resposta, de que ele estava certo, tinha surgido, mediante o ofício, citado pelo Vereador Geraldo Bertanha; que ele desejava saber, como o prefeito Carlos Nelson faria, para se entender, com o Tribunal de Contas, a fim de liberar o dinheiro, que a Santa Casa estava pedindo; que, durante seu discurso inicial, quando tinha colocado o “dedo na ferida do Paláciômetro”, nada havia de pessoal, contra o senhor presidente, nem politicagem, de sua parte, ele apenas lembrava, que o dinheiro jogado fora era do povo de Mogi Mirim, e muitos tinham dito a ele, durante a sessão, que ele tinha “jogado coisas, no ventilador”, todavia, fato era, que depois de um ano e seis meses, os vereadores permaneciam, no Palácio de Cristal, e perguntou, como poderia ele defender o indefensável, como lhe seria possível enganar a população de Mogi Mirim; que, durante o ano e meio, em curso, teria sido possível sim, fazer uma licitação, fazer um projeto particular, de reforma do prédio antigo, ter



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desocupado o novo prédio e perguntou, se, por acaso, ele deveria ser conivente, com as coisas que ocorriam, na Câmara; que ele tinha dado seu voto, ao Vereador Jorge, para que se tornasse o presidente, tinha confiança, no Vereador Jorge, todavia, o dinheiro desperdiçado, com o aluguel do Palácio de Cristal, poderia ter sido utilizado para compra de ambulâncias novas, ambulâncias UTIs, de última geração, e nove viaturas para a GCM - Guarda Municipal, com o montante, teria sido possível comprar um caminhão, para os bombeiros, ou ainda, conceder maior índice de aumento, ao funcionalismo, portanto, ele, orador, não estava errado, em tocar, no assunto, não se tratava de politicagem; que ele estava se “lixando”, com o que pudessem dele falar, porém, seria honesto até o fim, não estava, na Câmara, para ser conivente a ninguém, danassem-se as críticas, ele fazia o que era honesto e certo e a questão do Palácio “era uma pouca vergonha”; que ele tinha conhecimento sobre o assunto e, se assim não fosse, não estaria discursando, com propriedade; que o dono do prédio não estava nem aí, com a situação, estava ganhando o dinheiro do aluguel, quanto mais demorasse o processo, melhor a ele, e “trouxa” tinha sido o Vereador João Carteiro e sua Mesa, pessoas que tinham assinado o contrato e aprovado a mudança, para aquele prédio; que a Vereadora Maria Helena Scudeler estava certa, ao dizer, que “aquilo era pagamento de campanha eleitoral”, que os vereadores deveriam deixar aquele prédio, o mais rápido possível, e questionou, por que o Planejamento da Prefeitura estava demorando tanto, para entregar o projeto e, para concluir, disse, que a cada dia, que se passava, o povo reclamava ainda mais e a questão ficava, cada dia, mais inexplicável. Como o próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela comentou a audiência pública, agendada, para a quarta-feira próxima, às 17 horas, com a empresa Fênix, objetivando tratativas sobre a majoração da tarifa de ônibus. Destacou sua ausência, pois estaria, em plantão policial, pediu a gentileza, de que os vereadores a representassem, porque,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

depois da greve dos motoristas, havia sido estabelecido um acordo, entre motoristas e o Governo Federal, o qual tinha reduzido o preço do Diesel, portanto, ela pedia, que alguém questionasse, se a redução seria repassada, no valor da passagem, para a população, e destacou ainda, que faria requerimento a respeito. Destacou também, sua felicidade, diante da conquista, junto ao Deputado Ricardo Izar, PP, referente ao Castra Móvel, cuja verba já se encontrava, nos cofres da prefeitura, e iria ajudar e muito à prefeitura, nos serviços de castração gratuita, nos bairros carentes da cidade. Referente à Santa Casa, a vereadora afirmou, que a situação era grave, ela observava os números expostos, a despesa da Santa Casa era de um milhão e meio de reais e já se passava da hora de todos – vereadores, Secretária de Saúde, administradores da Santa Casa e Prefeito se sentarem e discutirem a questão, o mais breve possível, haja vista que saúde envolvia a cidade toda e a Santa Casa era o único hospital, que atendia à população carente, logo, todos deveriam se importar, buscar o diálogo e entender o que estava acontecendo. Salientou, por fim, que a vice-prefeita, Dra. Lúcia Tenório, deveria ser envolvida, nas discussões sobre a Santa Casa, porque, além de vice-prefeita, ela era também médica, portanto, ela deveria ser ouvida. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO**, pelo passamento dos senhores *Maria Aparecida Martineli Saviano, Dalmy Patelli Junior, José Benedito Toledo - Toledo do ARESC e Marciel dos Santos Palmeira*, falecidos, recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h23, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM